



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 333/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Farolense de Produtores de Leite (AFAPROL).

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Farolense de Produtores de Leite (AFAPROL).

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, em 06 de junho de 2011.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 339/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Cerro Azul, com sede e foro no Município de Cerro Azul.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Cerro Azul, com sede e foro no Município de Cerro Azul.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 2011.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR
Accio



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 348/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Goioerê Bicycross Club, com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Goioerê Bicycross Club, com sede e foro no Município de Goioerê.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 2011.


ALEXANDRE CURTI
Deputado Estadual


RELATOR

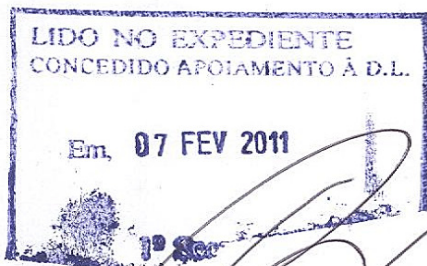


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 006/11



A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

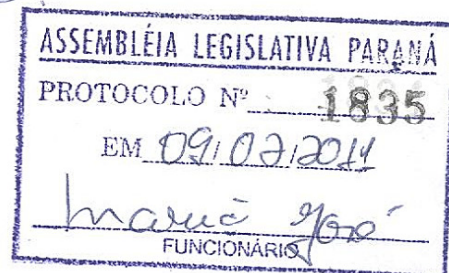
Súmula: Declara de Utilidade Pública o Observatório Social de Campo Mourão no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o **OBSERVATORIO SOCIAL DE CAMPO MOURÃO** - com sede no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor em sua data de Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de Fevereiro de 2011.

DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual



1432 07/02/2011 000053 DPR ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

Justificativa

O Observatório Social de Campo Mourão (OBS) é um organismo integrante da SER – Sociedade Eticamente Responsável, subordinando-se ao seu estatuto e as suas demais deliberações, tendo sua sede na Av. Irmãos Pereira, 963, 1º andar, Centro Empresarial Cidade, centro de Campo Mourão.

O Observatório Social de Campo Mourão visa atuar como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e a qualidade dos serviços prestados, de acordo com parâmetros e indicadores previamente estabelecidos pela Sociedade Eticamente Responsável – SER.

Além dessas a OBS possibilita o exercício do direito de influenciar o processo pelo qual se discute, delibera e implementa qualquer política pública que afete a comunidade através da escolha, local, de representantes da sociedade civil, executivos e profissionais liberais de diversas categorias sem vinculação partidária, remuneração e/ou premiação.

Em suma, o OBS realiza o intercâmbio entre entidades, empresas, governo e instituições e privadas para analisar propostas, projetos, estudos que contemplem a mudanças fundamentais no processo de gestão dos recursos públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação, recursos humanos, licitações e assistência social, promovendo e possibilitando o exercício da cidadania fiscal.

DOUGLAS FABRÍCIO

Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 006/2011

Projeto de Lei nº. 006/2011

Autor: Deputado Estadual Douglas Fabrício

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **OBSERVATÓRIO SOCIAL DE CAMPO MOURÃO**, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 6.994/78 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA E
SUPRESSIVA.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **OBSERVATÓRIO SOCIAL DE CAMPO MOURÃO**, com sede e foro no Município de Campo Mourão, no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

No entanto, tendo em vista que o nome correto da Entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é "**SER – SOCIEDADE ETICAMENTE RESPONSÁVEL DE CAMPO MOURÃO**", consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante na Súmula e no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 3º do projeto de lei ora analisado viola a **LEI COMPLEMENTAR 95/98**, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação" e "revogadas as disposições em contrário", senão vejamos:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Assim, sugere-se a **Emenda Supressiva** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar este vício.

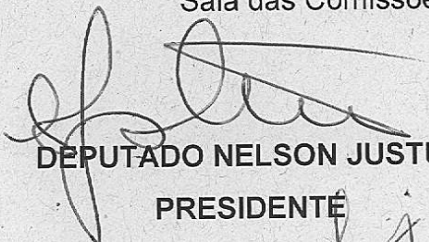


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma
das **Emendas Modificativa e Supressiva** em anexo.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 006/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública o **SER – SOCIEDADE ETICAMENTE RESPONSÁVEL DE CAMPO MOURÃO**, com sede e foro no Município de Campo Mourão no Estado do Paraná".

"Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o **SER – SOCIEDADE ETICAMENTE RESPONSÁVEL DE CAMPO MOURÃO** - com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 2011..


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA SUPRESSIVA - PROJETO DE LEI N.º 006/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI

RELATOR



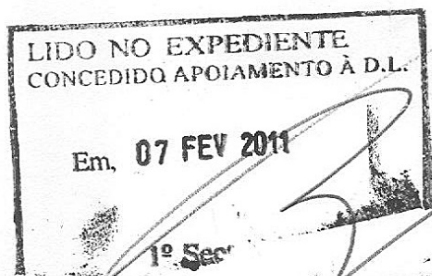
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D.L.

Fls.

Projeto de Lei nº 009/11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Projeto Restauração, com sede e foro na cidade de Umuarama.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Projeto Restauração, com sede e foro na cidade de Umuarama - PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2011.

FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - PDT



15:14 07/02/2011 000050 MP REGISTRO LEGISLATIVO DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

A Casa de Recuperação Projeto Restauração foi fundada em 05 de março de 2001. Trata-se de entidade beneficente, sem fins lucrativos e não possui vínculo doutrinário ou espiritual com nenhuma outra denominação, tendo como finalidade atender, estimular e desenvolver ações de promoção humana, social, cultural, educacional e esportiva para adolescentes, jovens e adultos, além de oferecer tratamento a dependentes químicos mediante a realização de importantes serviços, sem necessidade de remuneração e sem qualquer discriminação.

Pelas razões expostas acima, transcritas do estatuto da entidade, entendemos como justa a Declaração de Utilidade Pública da Casa de Recuperação Projeto Restauração.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2011.

FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual – PDT



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 009/2011

Projeto de Lei nº. 009/2011

Autor: Deputado Estadual Fernando Scanavaca

Súmula: Declara de Utilidade Pública a “**CASA DE RECUPERAÇÃO PROJETO RESTAURAÇÃO**”, com sede e foro na Cidade de Umuarama.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a “**CASA DE RECUPERAÇÃO PROJETO RESTAURAÇÃO**”, com sede e foro na Cidade de Umuarama.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

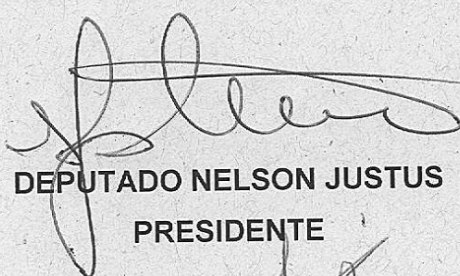


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

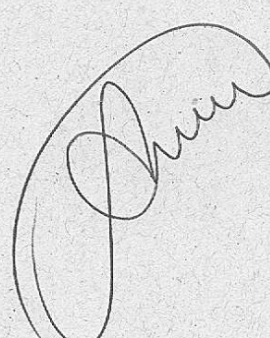
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

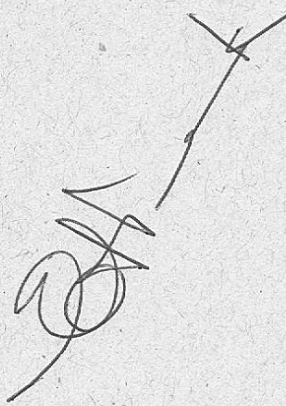
Sala das Comissões, em 07 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR







GABINETE DO GOVERNADOR



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI N.º 384/2011

D. L.
Fls. 06
10

Súmula: Cria a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, extingue a Secretaria de Estado dos Transportes – SETR e a Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, adotando outras providências.

Art. 1º. Fica criada a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, tendo por finalidade a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Art. 2º. São atribuições da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL:

- I – o monitoramento do desenvolvimento das ações nas áreas de infraestrutura e logística;
- II – o fortalecimento da capacidade institucional e técnica nas áreas de infraestrutura e logística;
- III – o compartilhamento e a integração da programação de infraestrutura e logística com as demais iniciativas de desenvolvimento econômico;
- IV – o compartilhamento e a integração da atuação das entidades vinculadas, viabilizando mudança significativa na matriz de infraestrutura e logística;
- V – a promoção da articulação da política de infraestrutura e logística integrando os diversos modais no conceito de rede de mobilidade sustentável;
- VI – a promoção da articulação de planos, programas, projetos e ações que contemplem as áreas de infraestrutura e logística, voltados para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- VII – a promoção de ações eficazes para a maximização dos investimentos destinados à área de infraestrutura e logística;
- VIII – a promoção de captação de recursos junto a instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais para desenvolvimento de ações relativas a gestão de infraestrutura e logística; a priorização e definição de critérios para alocação de recursos na área de infraestrutura e logística;
- IX – o monitoramento e fiscalização da aplicação de recursos na área de infraestrutura e logística;
- X – o monitoramento e fiscalização dos custos operacionais na área de infraestrutura e logística visando a sustentabilidade operacional;
- XI – o monitoramento e fiscalização da concessão e terceirização de serviços nas áreas de sua competência; e
- XII – outras atividades correlatas.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 3º. Em decorrência do quanto disposto no art. 1º da presente Lei, ficam extintas a Secretaria de Estado dos Transportes – SETR, a que se refere a Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como a Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, a que se refere a Lei nº 11.066, de 1º de fevereiro de 1995.

Art. 4º. Ficam vinculadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, como executivas e operacionais das políticas estabelecidas:

- I - a Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. – FERROESTE,
- II - a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA ; e
- III - o Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

Art. 5º. Ficam inseridas no campo de atuação das entidades a que se refere o art. 4º desta Lei as seguintes atividades:

- I - ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a padronização, o monitoramento, e a gestão das obras civis, e as respectivas pastas demandantes a execução e a fiscalização. Compete ainda ao DER a operação das vias, a execução de obras rodoviárias e a manutenção das rodovias e, excepcionalmente, a execução e fiscalização de obras civis;
- II - à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, a operacionalização, a execução, a fiscalização e o monitoramento das operações portuárias;
- III - à Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. – FERROESTE, a operacionalização, a execução, a fiscalização e o monitoramento das vias ferroviárias e terminais ferroviários concedidos por autoridade competente.

Art. 6º. Ficam transferidos à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística os seguintes cargos de provimento em comissão:

I- da extinta Secretaria de Estado dos Transportes:

- a) 01 (um) cargo de Secretário de Estado, símbolo A-1;
- b) 01 (um) cargo de Diretor-Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1;
- c) 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-2;
- d) 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3;
- e) 01 (um) cargo de Chefe de Departamento de Fomento Rodoviário aos Municípios, símbolo DAS-5;
- f) 01 (um) cargo de Chefe do Departamento Hidro-Aero-Ferrovário, símbolo DAS-5;
- g) 01 (um) cargo de Chefe da Coordenação de Planos e Programas de Transportes, símbolo DAS-5;
- h) 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete de Secretário de Estado, símbolo DAS-5;
- i) 05 (cinco) cargos de Assessor, símbolo 1-C,
- j) 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo 2-C;
- k) 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo 3-C;

GABINETE DO GOVERNADOR



- l) 04 (quatro) cargos de Assistente Técnico, símbolo 5-C;
- m) 03 (três) cargos de Assistente Técnico, símbolo 6-C;
- n) 01 (um) cargo de Assistente Técnico, símbolo 7-C;
- o) 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 8-C;
- p) 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 9-C;
- q) 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 10-C; e
- r) 02 (dois) cargos de Auxiliar, símbolo 15-C.

II – da extinta Secretaria de Estado de Obras Públicas:

- a) 01 (um) cargo de Secretário de Estado, símbolo A-1;
- b) 01 (um) cargo de Diretor-Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1;
- c) 02 (dois) cargos de Superintendente, símbolo DAS-2;
- d) 04 (quatro) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3;
- e) 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete de Secretário de Estado, símbolo DAS-5;
- f) 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-5;
- g) 04 (quatro) cargos de Coordenador, símbolo DAS-5;
- h) 14 (quatorze) cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo DAS-5;
- i) 03 (três) cargos de Assistente, Símbolo 1-C;
- j) 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C;
- k) 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 5-C; e
- l) 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 15-C.

Art. 7º. Ficam transformados na estrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Diretor-Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-01; 03 (três) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Coordenador, símbolo DAS-5 e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 8-C em: 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de Chefe de Coordenação, símbolo DAS-2; 02 (dois) cargos de Chefe de Departamento, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-5 e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 12-C.

Art. 8º. Ficam alteradas na estrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística a denominação dos cargos em comissão a seguir: 01 (um) cargo de Diretor-Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1 em 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-1; 02 (dois) cargos de Superintendente, símbolo DAS-2 em 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-2; 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-5 em 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de Chefe de Departamento, símbolo DAS-5 em 03 (três) cargos de Coordenador, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5 em 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 05 (cinco) cargos de Assessor, símbolo 1-C e 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 1-C em 08 (oito) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo 2-C em 02 (dois) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C; 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo 3-C em 02 (dois) cargos de Assistente Técnico, símbolo 3-C; 04 (quatro) cargos de Assistente Técnico, símbolo 5-C em 04 (quatro) cargos de

GABINETE DO GOVERNADOR



Assistente, símbolo 5-C; 03 (três) cargos de Assistente Técnico, símbolo 6-C em 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 6-C; 01 (um) cargo de Assistente Técnico, símbolo 7-C em 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 7-C e 02 (dois) cargos de Auxiliar, símbolo 15-C em 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 15-C.

Art. 9º. Fica transformado na estrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura e logística 01 (um) cargo de Secretário de Estado, símbolo A-1, em 03 (três) cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-1, 01 (um) cargo de assistente, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de assistente, símbolo 15-C.

Parágrafo único: Os cargos resultantes da transformação descrita no *caput* do presente artigo ficam transferidos para a Casa Civil do Estado do Paraná.

Art. 10. Os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística ficam definidos conforme Anexo I desta Lei.

Art. 11. Os contratos, acordos, convênios e termos de ajustes e saldos existentes no balancete de verificação 215 e 215-A do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro - SIAF que se encontram em execução na extinta Secretaria de Estado dos Transportes terão seus Direitos e Obrigações transferidos e continuidade na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, e os da extinta Secretaria de Obras Públicas terão seus Direitos e Obrigações transferidos e sua continuidade sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 12. Os bens móveis e imóveis das extintas Secretarias de Estado dos Transportes e de Obras Públicas ficarão patrimoniados na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, que poderá transferi-los ao Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implementação desta Lei, servindo como recursos os saldos das dotações orçamentárias quando do encerramento contábil das extintas Secretarias de Estado dos Transportes e Obras Públicas, bem como de suas entidades vinculadas, incluindo os superávits financeiros existentes no Departamento de Estradas de Rodagem - DER e na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, bem como, o saldo das receitas a serem aplicadas no Orçamento de Investimentos da FERROESTE.

Art. 14. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL a responsabilidade pela reformulação e implantação de todos os atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. O art. 112, XII da Lei nº 8.485/1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 112. As entidades da administração indireta vinculam-se às Secretarias de Estado conforme se indica:

(...)

XII - à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística:

- a) Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA
- b) Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Art. 17. Ficam revogados os art. 11, III, 10 e art. 36 da Lei 8.485/1987 e o art. 8º e §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.066/1995.

Curitiba, em 4 de maio de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE
ESTADO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA -SEIL



Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
1	Secretário de Estado	A-1
1	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-1
1	Assessor	DAS-1
1	Chefe de Coordenação	DAS-2
2	Chefe de Departamento	DAS-2
3	Assessor Técnico	DAS-2
2	Assessor Técnico	DAS-3
1	Chefe de Gabinete de Secretário de Estado	DAS-5
4	Assessor Técnico	DAS-5
6	Coordenador	DAS-5
14	Chefe de Escritório Regional	DAS-5
13	Assistente Técnico	1-C
2	Assistente Técnico	2-C
2	Assistente Técnico	3-C
7	Assistente	5-C
3	Assistente	6-C
1	Assistente	7-C
1	Assistente	9-C
1	Assistente	10-C
1	Assistente	12-C
3	Assistente	15-C
70	TOTAL	

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 18/2011

Curitiba, 4 de maio de 2011



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a criação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, bem como a extinção da Secretaria de Estado dos Transportes – SETR e da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

Inicialmente, necessária se faz a justificativa legal acerca da elaboração do presente anteprojeto de Lei, com base no que dispõe a Carta Maior de nosso Estado, senão vejamos o que dispõe o art. 66 da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



Superada a discussão acerca da competência legislativa do Chefe do Poder Executivo Estadual para propor o presente anteprojeto de Lei, cumpre destacar que esta proposição tem por escopo a extinção da Secretaria de Estado dos Transportes – SETR e da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, possibilitando a criação de um novo Órgão de primeiro nível hierárquico, com a denominação de Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, com a consequente incorporação das atribuições, servidores, cargos, saldo das dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônio e demais ajustes organizacionais àquele Órgão. Insta salientar que a Infraestrutura e Logística compreende os sistemas de transportes com seus diversos modais, quais sejam: rodoviário, ferroviário, aeroviário, dutoviário, hidroviário e portuário, bem como os centros de integração logística, telecomunicações, energia e saneamento básico.

Ainda, insta salientar que tal medida se dá com o intuito de deixar a Infraestrutura e Logística do Paraná a serviço das pessoas e das suas atividades cotidianas, portanto, sintonizadas com as demandas de seu povo, de sua estrutura econômica e dos agentes de seu desenvolvimento humano, gerando maior qualidade de vida.

Sendo assim, para que sejam cumpridas as Metas de Governo estabelecidas no segmento de infraestrutura e logística, é de fundamental importância recuperar as instituições governamentais, hoje debilitadas, da administração direta e indireta.

Desta forma, a criação desta nova pasta assegurará a implantação e a gestão da política estabelecida pelo Plano de Governo, a garantia da priorização e a definição de critérios para alocação efetiva dos recursos, resultando em ações sustentáveis e em aumento de competitividade.

Ademais, de acordo com o Quadro de cargos de provimento em comissão da atual Secretaria de Estado dos Transportes – SETR somados à Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, e a situação proposta pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, haverá considerável redução de despesa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 384/11

Projeto de Lei nº. 384/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 018/11

Súmula: Cria a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, extingue a Secretaria de Estado dos Transportes – SETR e a Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, adotando outras providências.

EMENTA: EXTINGUE A SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES – SETR E A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS – SEOP, BEM COMO CRIA A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEIL. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo a extinção da Secretaria de Estado dos Transportes – SETR e da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, possibilitando a criação de um novo Órgão de primeiro nível hierárquico, com a denominação de Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, com a conseqüente incorporação das atribuições, servidores, cargos, saldo das dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônio e demais ajustes organizacionais àquele Órgão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que a Divisão de Despesa, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, declara que o mesmo não importará em aumento de despesa para o Governo.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR









Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 384/2011

Projeto de Lei nº 384/2011

Autor: Poder Executivo Estadual

Súmula: Cria Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, extingue a Secretaria de Estado dos Transportes – SETR e a Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, adotando outras providências.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo Estadual, objetiva pedir autorização desta Casa de Lei para criar a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística-SEIL, que a terá finalidade a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado com relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 384/2011, na qual passo a relatar:

O Projeto de Lei nº 3894/2011, trata exclusivamente de assunto envolto a esfera administrativa do Poder Executivo Estadual. Onde, segundo reza o art. 66, IV, da Constituição do Estado do Paraná, cabe tão somente ao Chefe do Poder Executivo Estadual, deflagrar o Processo Legislativo das matérias que dizem respeito a criação de órgãos e suas atribuições.

No que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo. Por se tratar de matéria que atende ao interesse público, uma vez que as ações impostas pela nova secretaria irão criar melhores infraestrutura e logística na Administração Pública do Estado, e em consequência para a população de todo o Estado do Paraná.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 384/2011 na sua forma apresentada.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury


IV – CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 384/2011, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.


Marcelo Rangel
Presidente Comissão


Adelino Ribeiro Silva
Relator


Vitor


Paulo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 384/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 018/11, que objetiva criar a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, extingue a Secretaria de Estado dos Transportes – SETR e a Secretaria de Estado de Obras públicas – SEOP, adotando outras providências.

Preliminarmente devemos salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional, legal e de técnica legislativa exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a análise desta Comissão Permanente de Finanças, estabelecida no art. 33, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, podemos observar que a matéria encontra-se devidamente justificada. Vale ressaltar, que esta Comissão não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação, e ainda que a matéria não fere a Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Desta forma, opinamos pela sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

13/06/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO
RELATOR



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI

405/11

Súmula: Reajusta, conforme especifica, os valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Art. 1.º É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos serventuários do foro extrajudicial que ingressaram nas Serventias não estatizadas do Estado do Paraná até a data da entrada em vigor da Lei Estadual n.º 10.219, de 21 de dezembro de 1992, e que tenham adquirido os requisitos para a concessão dos benefícios previdenciários até a data da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 2.º Os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial, que ingressaram nas serventias não estatizadas até a data da entrada em vigor da Lei Estadual n.º 10.219, de 21 de dezembro de 1992 e que tenham adquirido os requisitos para a concessão dos benefícios previdenciários até a data da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, passam a vigorar acrescidos do percentual de 36,80 % (trinta e seis vírgula oitenta por cento).

Art. 3.º A tabela de níveis de proventos básicos dos serventuários do Foro Extrajudicial estabelecida no Anexo I da Lei Estadual n.º 15.048, de 05 de abril de 2006, passa a vigorar consoante a tabela em anexo.

Art. 4.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário ou da PARANAPREVIDÊNCIA quando couber.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

D. L.
Fls. 03
m

ANEXO I

TABELA DE NÍVEIS DOS PROVENTOS BÁSICOS DOS SERVENTUÁRIOS DO FORO EXTRAJUDICIAL
(Altera o Anexo I da Lei Estadual n.º 15.048, de 05 de abril de 2006)

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Entrância Final	E4	4.213,50
Entrância Intermediária	E3	4.117,04
Entrância Inicial	E2	4.022,82

TABELÃO DE NOTAS

Entrância Final	E4	4.213,50
Entrância Intermediária	E3	4.117,04
Entrância Inicial	E2	4.022,82

OFICIAL DE PROTESTOS DE TÍTULOS

Entrância Final	E4	4.213,50
Entrância Intermediária	E3	4.117,04
Entrância Inicial	E2	4.022,82

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS P.J.

Entrância Final	E4	4.213,50
Entrância Intermediária	E3	4.117,04
Entrância Inicial	E2	4.022,82

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL, NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO

Entrância Final	E4	4.213,50
Entrância Intermediária	E3	4.117,04
Entrância Inicial	E2	4.022,82

ESCRIVÃO DISTRITAL

Entrância Final	E1	3.930,67
Entrância Intermediária	D11	3.352,05
Entrância Inicial	D10	3.275,29

OFICIAL MAIOR (SEDE COMARCA)

Entrância Final	E1	3.930,67
Entrância Intermediária	D11	3.352,05
Entrância Inicial	D10	3.275,29

OFICIAL MAIOR (CARTÓRIO DISTRITAL)

Entrância Final	D10	3.275,29
Entrância Intermediária	D4	2.850,34
Entrância Inicial	C1	2.108,85

ESCREVENTE JURAMENTADO (SEDE COMARCA)

Entrância Final	D10	3.275,29
Entrância Intermediária	D4	2.850,34
Entrância Inicial	C1	2.108,85

ESCREVENTE JURAMENTADO (CARTÓRIO DISTRITAL)

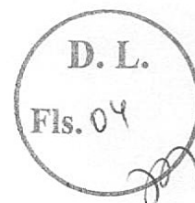
Entrância Final	C1	2.108,85
Entrância Intermediária	B8	1.930,39
Entrância Inicial	B3	1.722,93

X



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



MINUTA DE JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o reajuste dos atuais níveis dos proventos básicos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial do Estado do Paraná, de conformidade com a tabela constante do Anexo I do referido Anteprojeto.

O reajuste de 36,80% (trinta e seis vírgula oitenta por cento) previsto no art. 2º do anteprojeto de lei corresponde à correção monetária pelo IPCA de janeiro de 2006 a abril de 2010 bem como ao percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) referente à URV.

A tabela de vencimentos básicos de que trata o Anexo I deste Anteprojeto, substitui àquela constante do Anexo I da Lei Estadual nº 15.048, de 05 de abril de 2006, e tem por objetivo a manutenção do poder aquisitivo dos proventos dos serventuários aposentados, atenuando as perdas inflacionárias ocorridas no período de 1º de janeiro de 2006 a 30 de abril de 2010, atendendo-se, por conseguinte, aos preceitos contidos no art. 27, inciso X, da Constituição Estadual.

A proposta de reajuste com a incidência de correção monetária em período superior a um ano se justifica porque ainda no ano de 2002, o Governo do Estado do Paraná ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal – ADI 2.791-3, impugnando o § 1.º do art. 34 da Lei Estadual n.º 12.398/98, alterado pela Lei Estadual n.º 12.607/99, que introduziu a expressão “*bem como os não remunerados*” no referido dispositivo, a fim de permitir que os serventuários não remunerados pelos cofres públicos fossem incluídos no regime próprio de previdência dos servidores públicos estaduais ocupantes de cargo efetivo.

O Supremo Tribunal Federal, ao analisar a referida ação, por unanimidade de votos, declarou a inconstitucionalidade da expressão inserida na parte final do § 1.º do art. 34 da Lei Estadual n.º 12.398/98, alterado pela Lei Estadual n.º 12.607/99.

Manuseados Embargos de Declaração pelo Estado do Paraná, estes foram rejeitados, mantendo-se a decisão naquilo que proclamou a inconstitucionalidade formal e material do dispositivo, em razão de o Estado-Membro não poder conceder aos serventuários da Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



aposentadoria em regime idêntico ao dos servidores públicos, dando eficácia retroativa à declaração de inconstitucionalidade.

Diante disso, e visando dar cumprimento à decisão proferida pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, representantes do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, da Parana Previdência, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, da Anoreg, da Assejepar e do Sindijus, a convite do Presidente do Tribunal de Justiça, deliberaram pela instalação de Comissão para oferecer subsídios quanto às aposentadorias dos serventuários abrangidos pela declaração de inconstitucionalidade proclamada pela Suprema Corte.

Após sucessivos debates, levando-se em consideração as informações obtidas junto ao Departamento Econômico e Financeiro e Corregedoria Geral da Justiça, deliberou-se:

- de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, que sejam ressalvados os direitos daqueles que ingressaram nas serventias não estatizadas até a data da entrada em vigor da Lei Estadual n.º 12.219/92 e adquiriram os requisitos para a concessão de benefícios previdenciários até a entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 20 de 15 de dezembro de 1998, e
- a contrário senso, que sejam excluídos do regime previdenciário estadual os não abrangidos nesses períodos.

Diante disso, e com amparo no entendimento acima exposto, as aposentadorias já autorizadas pelo Poder Judiciário foram revistas, ordenando-se o cancelamento dos benefícios previdenciários concedidos em desacordo com o entendimento do STF e da Comissão formada no âmbito do Tribunal de Justiça, com a garantia do direito adquirido àqueles que à época da Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998 tinham preenchidos os requisitos para a concessão de aposentadoria e pensão exigidos à época.

Posto isso, e de forma a adequar os proventos de aposentadoria daqueles serventuários que se enquadraram na exigência acima descrita, é que se propõe a atualização na tabela de níveis de proventos básicos dos serventuários do Foro Extrajudicial, reajustando os valores constantes no Anexo I da Lei 15.048, de 05 de abril de 2006.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Nesse sentido, o Poder Judiciário propõe a publicação da tabela de níveis de proventos básicos dos serventuários do Foro Extrajudicial, reajustando os valores constantes no Anexo I da Lei 15.048, de 05 de abril de 2006, acrescida do percentual de 36,80% (trinta e seis vírgula oitenta por cento), que corresponde à reposição inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período do 1.º de janeiro de 2006 a 30 de abril de 2010 e ao percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) referente à URV, constituindo o anexo I da presente Lei.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo mensal de R\$ 468.611,14 (quatrocentos e sessenta e oito mil seiscientos e onze reais e quatorze centavos), totalizando o valor de R\$ 3.477.094,00 (três milhões quatrocentos e setenta e sete mil e noventa e quatro reais) para o exercício de 2011 (julho a dezembro/2011), R\$ 7.073.072,00 (sete milhões setenta e três mil e setenta e oito reais) para o exercício financeiro de 2012 e de R\$ 7.872.330,00 (sete milhões oitocentos e setenta e dois mil e trezentos e trinta reais) para o exercício financeiro de 2013, devidamente atualizados.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2010, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,19% (três vírgula dezenove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% cf. art. 22, parágrafo único).

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 11 de abril de 2011.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual (Lei Estadual nº 16.739/10) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 – 2011 (Lei Estadual nº 15.757/07).



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que reajusta os valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 04 de maio de 2011.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

D. L.
Fls. 08

Curitiba, 04 de maio de 2011.
Of. nº 559/2011-GP

I - À DAP para leitura no
expediente.

II - À D para providências
Em, 16 maio 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Senhor Presidente:

Em, 17 MAIO 2011

1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe o reajuste, dos valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 405/11

Projeto de Lei nº. 405/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Reajusta, conforme específica, os valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná, e adota outras providências.

EMENTA: REAJUSTE DOS VALORES BÁSICOS DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DO FORO EXTRAJUDICIAL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 27, 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça reajusta, conforme específica, os valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná, e adota outras providências. O presente Projeto de Lei visa também assegurar a concessão de aposentadoria e pensão, bem como seus reajustes, aos serventuários do foro extrajudicial nas serventias não estatizadas do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Na mesma esteira a Constituição Estadual estabelece:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observados o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

O artigo 27 da **Constituição Estadual**, estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011, compatibilizado com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 405/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça, com o objetivo de reajustar, os valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do Foro Extrajudicial do Estado do Parnaá, e adota outras providências.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná ou da PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

De igual modo, verifica-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16.739/10) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 15.757/07), e atende ainda ao disposto nos artigos 16, 17 e 22, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Com base no acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/06/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRÉSIDENTE


DEPUTADO ÊNIO VERRI
RELATOR



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANTE~~PROJETO DE LEI

407/11

EMENTA: Cria a 2ª Vara Criminal na Comarca de Apucarana, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada a 2ª Vara Criminal na Comarca de Apucarana, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º O artigo 263 da Lei Estadual nº 14.277/2003 passa a vigorar acrescido do inciso XXVI, com a seguinte redação:

“Art. 263. Fica criado nas Comarcas de entrância intermediária o seguinte:

(...)

XXVI – na Comarca de Apucarana:

a) a 2ª Vara Criminal.”

Art. 3º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito, de entrância intermediária, para a Comarca de Apucarana.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX Tabela 1, da Lei referida no art. 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

.....	APUCARANA - Comarca de Entrância Intermediária
FORO JUDICIAL	
.....	
1ª Vara Criminal	
2ª Vara Criminal	
.....	



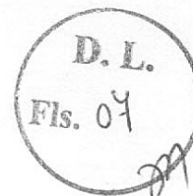
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1						
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto
Total						
.....						
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA						
.....			1	1		
Apucarana						
.....						2





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

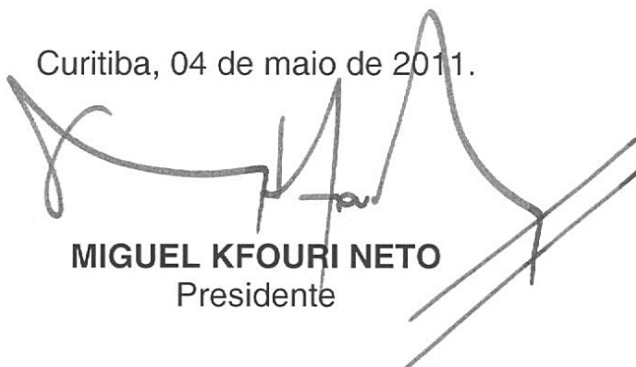
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Criminal na Comarca de Apucarana, de entrância intermediária, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 04 de maio de 2011.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a 2ª Vara Criminal na Comarca de Apucarana, entrância intermediária, conforme consta do protocolado de nº 54.289/2005, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquela Comarca.

A proposta insere o inciso XXVI no art. 263 da Lei Estadual nº 14.277/2003, passando a Comarca de Apucarana a contar com duas Varas Cíveis, duas Varas Criminais, uma Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, um Juizado Especial Cível e Criminal e atenderá uma população de aproximadamente 131.240 habitantes e um total aproximado de 42.800 processos em andamento.

A criação da 2ª Vara Criminal na Comarca de Apucarana, entrância intermediária, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 14 de janeiro de 2011 (fls. 77/78).

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que é parte integrante da mesma.

Os custos para a criação do cargo de Juiz de Direito, no valor anual aproximado de R\$ 297.470,00 (duzentos e noventa e sete mil quatrocentos e setenta reais) será suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento constante do Relatório de Execução Orçamentária SIA110, que prevê uma dotação orçamentária para 2011 de R\$ 683.476.300,00 na rubrica 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Os custos com o preenchimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, no valor anual aproximado de R\$ 453.901,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil novecentos e um reais), e que irão compor a estrutura da Secretaria Criminal, serão suportados pelo orçamento do Fundo da Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2010, a Despesa Total com Pessoal foi de 3,19% (três vírgula dezenove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária para o exercício de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 – 2011 (Lei Estadual nº 15.757/07).



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

D. L.
Fls. 02

Curitiba, 04 de maio de 2011.
Of. nº 597/2011-GP

I. A DAP foi lida e aprovada em sessão.

II - A DAP para providências.
Em 16 maio 2011

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Pridente

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Senhor Presidente:

Em, 17 MAIO 2011

Pridente
1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Miguel Kfour Neto
MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 407/11

Projeto de Lei nº. 407/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a 2ª Vara Criminal na Comarca de Apucarana, alterando a Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DA 2ª VARA CRIMINAL NA COMARCA DE APUCARANA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a 2ª Vara Criminal na Comarca de Apucarana, alterando a Lei Estadual nº. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

~~Sala das Comissões~~, 31 de maio de 2011.

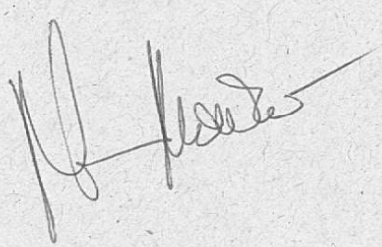

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR













ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 407/11

APRESENTAÇÃO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça, com o objetivo de criar a 2ª Vara Criminal na Comarca de Apucarana de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente devemos salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se devidamente justificada, tendo em vista, que as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

De igual modo, verifica-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do projeto em questão, constam da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011, e que o mesmo tem compatibilidade com o Plano Plurianual-PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007 e atende aos preceitos contidos no art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Observa-se ainda, que os custos para a criação do cargo de Juiz de Direito, no valor anual aproximado de R\$297.470,00 (duzentos e noventa e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

sete mil quatrocentos e setenta reais), que como já foi demonstrado será suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Esclarece-se também, que aos custos de preenchimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, no valor anual aproximado de R\$453.901,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil novecentos e um reais), serão suportados pelo orçamento do Fundo da Justiça.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 08/06/11



DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE



DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR



439/11

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº XX/2011



SÚMULA: Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo e da remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 1º. Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal efetivo e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ficam reajustados em 6,5% (seis vírgula cinco por cento), nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2011.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, EM _____ DE _____ DE 2011.

A large, stylized handwritten signature in black ink, belonging to Fernando Augusto Mello Guimarães.

Fernando Augusto Mello Guimarães
Presidente

ANEXO I



VENCIMENTO DE CARGO EFETIVO COM 6,5% DE REAJUSTE

Servidor Efetivo									R\$ 1,00
refer/nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	2.185,74	2.562,81	3.004,93	3.523,30	4.131,05	4.843,47	5.678,82	6.566,23	8.230,74
02	2.217,60	2.600,13	3.048,70	3.574,62	4.191,22	4.914,05	5.749,40	6.702,48	8.401,53
03	2.249,90	2.638,01	3.093,12	3.626,72	4.252,28	4.985,68	5.820,97	6.841,58	8.575,88
04	2.282,67	2.676,44	3.138,17	3.679,54	4.314,26	5.058,29	5.893,60	6.983,56	8.753,85
05	2.315,93	2.715,45	3.183,92	3.733,18	4.377,08	5.131,97	5.967,31	7.128,48	8.935,51
06	2.349,69	2.755,03	3.230,29	3.787,59	4.440,86	5.206,74	6.042,09	7.276,41	9.120,94
07	2.383,92	2.795,18	3.277,36	3.842,78	4.505,56	5.282,57	6.118,00	7.427,42	9.310,22
08	2.418,67	2.835,95	3.325,16	3.898,78	4.571,20	5.359,56	6.194,97	7.581,54	9.503,42
09	2.453,96	2.877,29	3.373,65	3.955,61	4.637,80	5.437,66	6.273,01	7.738,88	9.700,65
10	2.489,69	2.919,21	3.422,78	4.013,23	4.705,37	5.516,86	6.352,22	7.899,47	9.901,94
11	2.525,97	2.961,73	3.472,65	4.071,74	4.773,92	5.597,26	6.432,61	8.063,39	10.107,43

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO - SIMBOLOGIA "DAS" E "C" REAJUSTADA EM 6,5%

Servidor Comissionado						R\$ 1,00	
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS ESPECIAIS	VENCIMENTO BÁSICO		REPRESENTAÇÃO DE GABINETE	TOTAL COM ENCARGOS ESPECIAIS	
		SERVIDOR COM E SEM VÍNCULO	SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO		SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO
DAS-1	-	6.432,61	157,33	786,68	1.198,75	7.788,69	8.418,04
DAS-2	Diretor / Inspetor	5.678,82	138,85	694,28	1.053,85	6.871,52	7.426,95
DAS-2	-	5.597,26	138,85	694,28	1.053,85	6.789,96	7.345,39
DAS-3	Coordenador	5.282,57	129,42	647,07	982,15	6.394,14	6.911,79
DAS-3	-	5.206,74	129,42	647,07	982,15	6.318,31	6.835,96
DAS-4	-	4.505,56	110,66	553,32	839,83	5.456,05	5.898,71
DAS-5	-	4.131,05	101,22	506,07	768,10	5.000,37	5.405,22
1-C	-	2.562,81	65,32	326,56	191,92	2.820,05	3.081,29
2-C	-	2.562,81	60,32	301,62	177,25	2.800,38	3.041,68
3-C	-	2.562,81	55,69	278,41	163,61	2.782,11	3.004,83

Fernando Augusto Melo Guimarães
Presidente

EXPOSIÇÃO / JUSTIFICATIVA



O presente anteprojeto de lei dispõe sobre reajuste a ser aplicado sobre o vencimento básico dos servidores ativos, inativos com paridade de vencimentos e sobre a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tem por objetivo assegurar o princípio da revisão geral anual aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dando efetividade ao disposto no Art.º 37, X, da Constituição Federal e art. 27, X, da Constituição do Estado.

Assim como o Tribunal de Contas, os Poderes Executivo e Judiciário têm respeitado o direito à revisão geral anual dos vencimentos, garantindo aos seus servidores, ao menos, as perdas salariais ocasionadas pela inflação, medida pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por meio do sistema IPCA.

O índice, ora pleiteado, de 6,5% (seis vírgula cinco por cento) é fruto dos percentuais inflacionários calculados pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período de **maio/2010 a abril/2011**, consoante tabela 1:

Tabela 1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo – mai/10 a abr/11

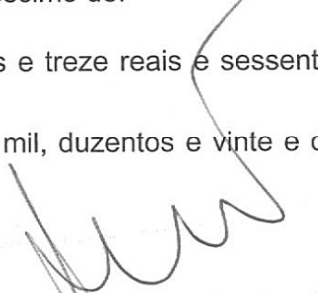
Competência	Índice Mês	Acumulado (%)
Maio/10	0,43	0,43
Jun/10	0,00	0,43
Jul/10	0,01	0,44
Ago/10	0,04	0,48
Set/10	0,45	0,93
Out/10	0,75	1,69
Nov/10	0,83	2,53
Dez/10	0,63	3,18
Jan/11	0,83	4,04
Fev/11	0,80	4,87
Mar/11	0,79	5,70
Abr/11	0,77	6,51
Total		6,51

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Impactos e Memória de Cálculo

O impacto orçamentário e financeiro do Anteprojeto de Lei em comento, observadas as disposições legais, **será suportado integralmente pelo orçamento próprio** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará, em um acréscimo de:

- R\$ 538.813,69 / mês (quinhentos e trinta e oito mil, oitocentos e treze reais e sessenta e nove centavos).
- R\$ 7.166.222,13 / ano (sete milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e vinte e dois reais e treze centavos).


Fernando Augusto Mello Guimarães
Presidente

Na tabela 2 são apresentados o histórico da despesa total com pessoal desta Casa e a projeção de gastos no exercício de 2011, assim como nos três exercícios subsequentes, em comparação ao limite de gasto total possível, segundo as disposições da LC 101/2000, que têm por base a Receita Corrente Líquida (RCL):

Tabela 2. Evolução da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida – 2007 a 2014

Elemento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Desp. Total Pessoal	113.830	125.564	136.924	148.741	184.103	206.848	218.710	236.447
Receita Cor. Líquida*	12.466.463	14.482.742	16.512.268	16.956.101	18.821.415	20.891.612	23.189.689	25.740.555
Limite (% da RCL)	0,91	0,87	0,83	0,88	0,97	0,99	0,94	0,92

Notas: * A variação média da RCL entre 2007 e 2010, de 11%, foi adotada para o período de 2011 a 2014.

Observa-se que o percentual da despesa de pessoal em relação à RCL apresenta o pico de crescimento em 2012 (0,99%), iniciando trajetória descendente nos exercícios subsequentes. No entanto, vale a pena ressaltar que isso se deve, especialmente, aos reflexos da incorporação do percentual de 13,72% aos vencimentos em dezembro de 2010.

Tabela 3. Evolução da Despesa Proposta – Projeção 2011 – 2014

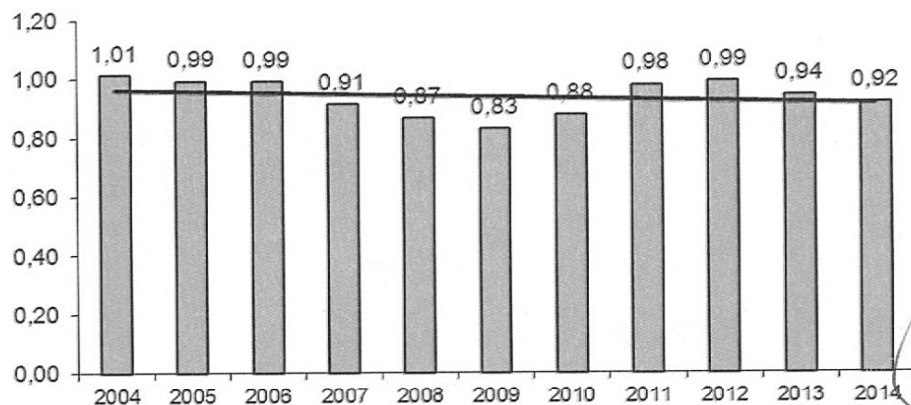
R\$ 1,00

	VALORES ATUAIS	PROJEÇÃO 2011	PROJEÇÃO 2012	PROJEÇÃO 2013	PROJEÇÃO 2014
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA*	18.821.415.000	18.821.415.000	20.891.612.000	23.189.689.000	25.740.555.000
FOLHA DE PAGAMENTO/MÊS	13.396.437	14.341.048,88	15.679.732,26	16.576.623,20	17.917.984,42
ACRÉSCIMO/MÊS	-	538.813	623.083,97	518.848,46	561.731,50
ACRÉSCIMO/ANO	-	7.166.222	8.287.016,83	6.900.684,53	7.471.028,97
FOLHA DE PAGAMENTO/ANO	176.868.375	184.103.448	206.848.474	218.710.146	234.375.624
% DESPESA DE PESSOAL S/ RCL	0,94%	0,97%	0,99%	0,94%	0,92%

Nota: * RCL prevista.

O percentual de comprometimento da despesa de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) para o exercício corrente e os três subsequentes são apresentados no gráfico 1, em atendimento ao preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o percentual gasto dos últimos cinco anos.

Gráfico 1. Limite de Despesa de Pessoal (% RCL)



Fonte: Elaboração própria

Fernando Augusto Melo Guimarães
Presidente

A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) em 1,36% da RCL, tendo como limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF), 1,29%. Ambos são plenamente atendidos. Abaixo, o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2010 – janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

ESTADO DO PARANÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2010



RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Janeiro/2010 a Dezembro/2010)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	146.482.325,65	2.324.000,00
Pessoal Ativo	95.958.423,10	1.650.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas*	50.523.902,55	674.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	65.290,23	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	65.290,23	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	146.417.035,42	2.324.000,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	148.741.035,42	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)**		18.967.281.689,00
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,78%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,36%		257.955.030,97
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,29%		244.677.933,79

FONTE:

Relatórios SIAF/SEFA: Despesa de Pessoal: SIA-410 Valor Liquidado; Restos a Pagar: SIA-220;

* Pensionistas - Aplicação do Acórdão 1568/2006.

** RCL: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA/SEFANET, republicado em virtude da nova Receita Corrente Líquida extraída em 28/03/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

A recomposição inflacionária solicitada neste anteprojeto faz momentaneamente estacionar a tendência de queda observada a partir de 2004, quando o percentual da Despesa com Pessoal era superior a 1% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Vale salientar que esse percentual, mais elevado em 2004 e 2005 em relação aos níveis atuais, dificultou a recomposição da inflação ora proposta, gerando consequentemente uma tendência declinante dos limites da referida despesa em relação à RCL nos anos subsequentes.

Encontra-se anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 16.739, de 29/12/2010), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 – 2011 (Lei Estadual nº 15.757, de 27/12/2007).

Fernando Augusto Neto Guimarães
Presidente

DECLARAÇÃO



Declaro, em atendimento às disposições da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (art. 17, § 1º e 2º), que a despesa, observadas as disposições do art. 1º, resultante do presente projeto de lei, está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2011 e no Plano Plurianual 2008/2011, não sendo necessária, portanto, a adoção de medidas compensatórias.

Curitiba, 05 de maio de 2011.



FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

PRESIDENTE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

D. L.

Fls. 08

Ofício nº 294/11/OIN-GP

Curitiba, 19 de maio de 2011.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 MAIO 2011

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - A D.L. faz providências e
leitura no expediente
II - A D.L. p/ providências
Em 24. maio 2011

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo Anteprojeto de Lei, que trata de matéria atinente à recomposição salarial aplicada às tabelas de vencimento básico dos servidores ativos e inativos, titulares de cargos efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da remuneração dos cargos em comissão.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

Atenciosamente,


FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

Exmo. Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná
Palácio 19 de Dezembro – Centro Cívico
CURITIBA - PR
80530-911

/eg

14:45 24/05/2011 003587 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 439/11

Projeto de Lei nº. 439/11
Autor: Tribunal de Contas.

Súmula: Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo e da remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

EMENTA: REAJUSTE DOS VALORES DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 77 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 113 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas reajusta, conforme especifica os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo e da remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a competência do Tribunal de Contas, temos o que segue, conforme **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ**, senão vejamos:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição. (vide ADIN 2309-8) (vide ADIN 1190-1)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

O tribunal possui seu Regimento Interno, que normatiza as questões internas, que segue:

Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrado por 7 (sete) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2005.

Para gerir a sua administração interna, o Tribunal de Contas do Paraná possui sua Lei Orgânica própria, a qual foi criada pela **Lei Complementar 113 de 15 de Dezembro de 2005**.

Seguindo, temos no artigo 2º, inciso V, a competência do Tribunal de Contas em propor a Assembléia Legislativa à fixação dos respectivos vencimentos de seus funcionários, senão vejamos:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

V – propor à Assembléia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Contas** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Tribunal de Contas para o exercício de 2011, compatibilizado com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Contas detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de Junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

RELATOR







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 439/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o reajuste de 6,5% (seis e meio) por cento dos valores dos vencimentos básicos dos Servidores Ativos e Inativos do Quadro Efetivo e da Remuneração dos Cargos em Comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas correrão por conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARANÁPREVIDÊNCIA, quando couber.

De igual modo, verifica-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Contas informando que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16.739, de 29/12/2010), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 15.757, de 27/12/2007). Observe-se ainda, que a proposta em questão estão com consonância com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no que se refere a questão da estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

Com base no acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões,

14/06/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR


~~PROJETO~~ ANTEPROJETO DE LEI N.º 461/2011



Altera a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU; extingue gratificações de encargos especiais no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, extingue, transforma, transfere e cria cargos no âmbito das Secretarias de Estado e adota outras providências.

Art. 1º. A Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, a que se refere o art. 1º da Lei nº 15.604, de 15 de agosto de 2007, fica transformada em Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, tendo por finalidade as atividades concernentes à organização, à promoção, ao desenvolvimento e à coordenação:

- I – das Políticas e Sistemas Estaduais de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional para o combate à pobreza e à exclusão social;
- II – da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III – do Sistema de Atendimento Socioeducativo; e
- IV – o exercício de outras atividades correlatas.

Art. 2º. Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, a que se refere a Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002, para Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS, tendo por finalidade:

- I – a implantação das diretrizes e programas para as políticas públicas do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda;
- II – a implementação e a execução, através de programas, das políticas públicas nas áreas de intermediação de mão de obra e orientação profissional, bem como, para a qualificação e certificação profissional;
- III – o fomento da geração de trabalho, de emprego e de renda e a execução, por meio de microcréditos e de fomento, das atividades autônomas e empreendedoras;

GABINETE DO GOVERNADOR



IV – a operacionalização e a execução do programa de seguro-desemprego, por meio de parcerias com órgãos públicos e privados;

V – o desenvolvimento de programas e ações em parcerias com setores do Poder Público e com a sociedade civil organizada, com os objetivos de promover o emprego e o trabalho decente;

VI – a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da economia solidária no âmbito do Estado do Paraná, tendo por fundamento as aptidões econômicas de cada região do Estado;

VII – a coordenação da política de microcrédito com a finalidade de dar acesso ao trabalhador empreendedor a de microcrédito orientado e assistido, em parceria com a Agência de Fomento do Paraná; e

VIII – o exercício de outras atividades correlatas.

Parágrafo único. As diretrizes, termos e requisitos para a contratação das linhas de crédito para o atendimento do trabalhador empreendedor, serão estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo do Estado.

Art. 3º. A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, a que se refere a Lei nº. 13.986, de 30 de dezembro de 2002, fica transformada em Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, tendo por finalidade a definição de diretrizes para a política governamental focada no respeito à dignidade humana, bem como a coordenação de sua execução, nas áreas:

I – de proteção às vítimas e testemunhas e de crianças e adolescentes ameaçados de morte;

II – de superação das situações de conflito e violência;

III – de articulação e apoio aos Conselhos Tutelares;

IV – de proteção, defesa, educação e orientação ao consumidor;

V – de defesa dos direitos da cidadania e da pessoa com deficiência;

VI – da defesa dos direitos da mulher, da pessoa idosa, e das minorias;

VII – de prevenção, repressão e fiscalização do uso de entorpecentes;

VIII – de preservação dos direitos humanos e sociais e garantia das liberdades individuais e coletivas;

IX – de administração do Sistema Penitenciário;

GABINETE DO GOVERNADOR



- X – de supervisão e fiscalização da aplicação de pena de reclusão e detenção;
- XI – de educação e qualificação profissional daqueles que se encontram sob custódia do Estado;
- XII – de reinserção social dos egressos do Sistema Penal;
- XIII – de relacionamento administrativo com os órgãos da Justiça;
- XIV – de integração com o Governo Federal, com os órgãos do Governo Estadual e Municipal sobre a matéria de aplicação de justiça ; e
- XV – de outras atividades correlatas.

Art. 4º. Os contratos, acordos, convênios, termos de ajustes e outros compromissos de natureza jurídica, que se encontram em execução pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, na área da assistência social e de segurança alimentar, terão sua continuidade sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS mediante autorização do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os contratos cujas prestações, em razão das modificações tratadas nesta Lei, que beneficiarem a ambas as secretarias, receberão termo aditivo discriminando a redefinição de atribuições, responsabilidades e o valor que couber a cada pasta.

Art. 5º. Os contratos, acordos, convênios, termos de ajustes e outros compromissos de natureza jurídica, que se encontram em execução pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ, afetos às atividades do Conselho Tutelar e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, terão sua continuidade sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os contratos cujas prestações, em razão das modificações tratadas nesta Lei, beneficiarão a ambas as secretarias, receberão termo aditivo discriminando a redefinição de atribuições, responsabilidades e o valor que couber a cada pasta.

Art. 6º. Ficam transferidos, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária para a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social os seguintes cargos de provimento em comissão: 06 (seis) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-2 passando a denominar-se 05 (cinco) cargos de Chefe de Coordenação e 01 (um) cargo de Assessor Técnico, mantendo a mesma simbologia; 04 (quatro) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-4; 10 (dez) cargos de Chefe de Escritório Regio-

GABINETE DO GOVERNADOR



nal, símbolo DAS-5; 10 (dez) cargos de Assistente, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 8-C.

Art. 7º. Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social os seguintes cargos de provimento em comissão: 11 (onze) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-2; 16 (dezesesseis) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 11 (onze) cargos de Assessor, símbolo DAS-4; 12 (doze) cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo DAS-5; 12 (doze) cargos de Assessor, símbolo DAS-5; 23 (vinte e três) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 10 (dez) cargos de Chefe de Divisão, símbolo 2-C; 22 (vinte e dois) cargos de Assistente de Programa, símbolo 3-C e 10 (dez) cargos de Assistente, símbolo 11-C.

Art. 8º. Fica alterada a denominação dos seguintes cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social: 01 (um) cargo de Superintendente, símbolo DAS-2, passando-se a denominar-se Chefe de Coordenação, símbolo DAS-2; 04 (quatro) cargos de Coordenador, símbolo DAS-5, 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5 e 03 (três) cargos de Coordenador de Programa, símbolo DAS-5 para 09 (nove) cargos de Assessor, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Coordenador de Centro, símbolo DAS-3 para 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3 e 06 (seis) cargos de Coordenador de Setor, símbolo 1-C para 06 (seis) cargos de Assistente, símbolo 1-C.

Art. 9º. Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária os seguintes cargos de provimento em comissão: 03 (três) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-2; 06 (seis) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 10 (dez) cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo DAS-5; 06 (seis) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 2-C.

Art. 10. Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária: 04 (quatro) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-4; 09 (nove) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 7-C e 04 (quatro) cargos de Assistente, símbolo 15-C em 21 (vinte e um) cargos de Assistente, símbolo 2-C e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 3-C.

Art. 11. Fica alterada a denominação dos seguintes cargos de provimento em comissão da transformada Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU: 01 (um) cargo de Assistente Técnico do Diretor Geral, símbolo DAS-5 para 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-5 para 03 (três) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-5 para 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Diretor da Escola Penitenciária, símbolo DAS-5 para 01 (um) cargo de Diretor da Escola de Educação

GABINETE DO GOVERNADOR



em Direitos Humanos, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Coordenador Geral do DEPEN, símbolo DAS-4 para 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Coordenador Assistente do DEPEN, símbolo DAS-5 para 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Assessor Penitenciário, símbolo DAS-5 para 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de Diretor de Unidade Penal, símbolo DAS-5 para 03 (três) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe da Defensoria Pública do Paraná, símbolo DAS-5 para 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Diretor de Produção, símbolo 1-C para 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 1-C; 28 (vinte e oito) cargos de Vice-Diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C para 28 (vinte e oito) cargos de Assistente de Estabelecimento Penal, símbolo 1-C; 28 (vinte e oito) cargos de Chefe de Segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C para 28 (vinte e oito) cargos Chefe Segurança de Estabelecimento Penal, símbolo 2-C.

Art. 12. Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e dos Direitos Humanos - SEJU: 37 (trinta e sete) cargos de Diretor Geral de Presídio, símbolo DAS-1, em: 05 (cinco) cargos de Diretor, símbolo DAS-2; 11 (onze) cargos de Diretor de Estabelecimento Penal, símbolo DAS-3; 10 (dez) cargos de Diretor de Estabelecimento Penal, símbolo DAS-4; 06 (seis) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-4; 08 (oito) cargos de Diretor de Estabelecimento Penal, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe do Sistema Integrado, símbolo DAS-5; e 04 (quatro) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 08 (oito) cargos de Chefe de Cadeia Pública, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Assistente de Estabelecimento Penal, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Chefe de Segurança de Estabelecimento Penal, símbolo 2-C;.

Art. 13. Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Ouvidor do Sistema Penal, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Corregedor do Sistema Penal, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor de Assuntos Institucionais, símbolo DAS-2; 07 (sete) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Chefe do Sistema Integrado, símbolo DAS-3; 01 (um) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 05 (cinco) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 05 (cinco) cargos de Assistente, símbolo 2-C; e 06 (seis) cargos de Assistente, símbolo 4-C.

Art. 14. Os cargos de provimento em comissão de Diretor de Estabelecimento Penal, símbolo DAS-3, DAS-4 e DAS-5; de Chefe de Cadeia Pública, símbolo 1-C; de Segurança de Estabelecimento Penal, símbolo 2-C; serão exercidos, preferencialmente, por servidores de carreira lotados na Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 15. Ficam extintas no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado as seguintes gratificações:

- I – 203 (duzentas e três) Gratificações de Encargos Especiais de Procuradores;
- II – 31 (trinta e uma) Gratificações de Encargos Especiais de Procuradores – Chefia;
- III – 05 (cinco) Gratificações de Encargos Especiais de Procuradores – Conselho;
- IV – 02 (duas) Gratificações de Encargos Especiais de Procuradores – Brasília.

Art. 16. Fica transferido 01 (um) cargo de Gerente de Recursos Humanos, símbolo DAS-5 da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP para a Procuradoria Geral do Estado, ficando transformado em 01 (um) cargo de Procurador Chefe de Núcleo Jurídico da Administração, símbolo DAS-5, de ocupação privativa de membro da carreira de Procurador do Estado, em exercício.

Art. 17. Ficam criados no âmbito da Procuradoria Geral do Estado os seguintes cargos de provimento em comissão, de ocupação privativa de membro da carreira de Procurador do Estado, em exercício: 02 (dois) cargos de Procurador Assessor, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Procurador Chefe junto aos Tribunais Superiores – Brasília, símbolo DAS-2; 02 (dois) cargos de Procurador Assessor junto aos Tribunais Superiores – Brasília, símbolo DAS-3; 05 (cinco) cargos de Procurador Assessor, símbolo DAS-4; 10 (dez) cargos de Procurador Chefe de Procuradoria, símbolo DAS-5; 05 (cinco) cargos de Procurador Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-5; 16 (dezesesseis) cargos de Procurador Chefe de Procuradoria Regional, símbolo DAS-5; 19 (dezenove) cargos de Procurador Chefe de Núcleo Jurídico da Administração, símbolo DAS-5 e 01 (um) cargo de Procurador Assessor, símbolo DAS-5.

Parágrafo único. O exercício dos cargos de provimento em comissão previstos no caput deste artigo é complementar ao exercício das funções constitucional e legalmente atribuídas aos Procuradores do Estado.

Art. 18. Ficam criados no âmbito da Procuradoria Geral do Estado os seguintes cargos de provimento em comissão: 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-3; 02 (dois) cargos de Assistente da Procuradoria junto aos Tribunais Superiores – Brasília, símbolo 1-C; 16 (dezesesseis) cargos de Assistente Técnico de Procuradoria Regional, símbolo 1-C; 17 (dezesete) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C; 09 (nove) cargos de Assistente, símbolo 1-C e 21 (vinte e um) cargos de Assistente, símbolo 5-C.

Art. 19. Ficam transferidos da Casa Civil os seguintes cargos de provimento em comissão:

GABINETE DO GOVERNADOR



I – para a Procuradoria Geral do Estado 15 (quinze) cargos de Assistente, símbolo 5-C; (Anexo IV)

II – para a Secretaria de Estado da Comunicação Social: 03 (três) cargos de Assessor Administrativo, simbologia 1-C ficando alterada a denominação para Assistente mantida a mesma simbologia; 05 (cinco) cargos de Assistente, símbolo 2-C; 05 (cinco) cargos de Assistente, símbolo 3-C; 04 (quatro) cargos de Assistente, símbolo 5-C; 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 6-C e 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 10-C; (Anexo V)

III – para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-2; (Anexo VI)

IV – para a Secretaria de Estado do Turismo 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 6-C; (Anexo VII)

V – para a Rádio e Televisão Educativa do Paraná 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 5-C (Anexo VIII)

VI – para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano: 01 (um) cargo de assessor da Governadoria, símbolo DAS-2 ficando alterada a denominação para Assessor mantida a mesma simbologia; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5; 05 (cinco) cargos de Assessor Administrativo, símbolo 1-C ficando alterada a denominação para Assistente mantida a mesma simbologia e 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 5-C; (Anexo IX)

VII – para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos: ; 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 1-C (Anexo X)

VIII – para o Departamento de Imprensa Oficial do Estado 01 (um) cargo de Assessor da Governadoria, símbolo DAS-3 ficando alterada a denominação para Diretor Administrativo Financeiro mantida a mesma simbologia. (Anexo XI)

Art. 20. Ficam transferidos da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba para a Casa Civil 02 (dois) cargos de provimento em comissão de Assessor Especial, símbolo AE-1 e ficando transformado, sem aumento de despesas, 01 desses cargos em 03(três) cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de Assistente Administrativo, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 15-C. (Anexo XII)

Art. 21. Fica Transferido da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária para a Casa Civil, 01 (um) cargo de provimento em comissão de Assessor, símbolo DAS-3.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 22. Os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e da Procuradoria Geral do Estado ficam definidos, respectivamente, conforme os anexos I, II, III e IV desta Lei.

Art. 23. Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP proceder a readequação e os ajustes administrativos necessários, decorrentes dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e a carga patrimonial.

Art. 24. O Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS e o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA passam a ser vinculado à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social e o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI passa a ser vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU.

Art. 25. O Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, criado pela Lei nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010, passa ao âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos – SEJU; e o Fundo Estadual da Assistência Social – FEAS, criado pela Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996, alterada pela Lei nº 13.166, de 21 de junho de 2001 passa ao âmbito da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implementação desta Lei, servindo como recursos quaisquer das formas previstas no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 27. Caberá ao Poder Executivo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, elaborar os atos de reformulação e implantação das alterações organizacionais e orçamentárias dos órgãos do Poder Executivo Estadual, necessários à implementação dos dispositivos desta Lei.

Art. 28 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 30 de maio de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Secretário de Estado	A-1
1	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-1
1	Ouvidor e Corregedor do Sistema Socioeducativo	DAS-2
1	Assessor Técnico	DAS-3
1	Chefe do Sistema de Inteligência	DAS-5
1	Chefe do Sistema Integrado	DAS-5
1	Chefe de Gabinete	DAS-5
22	Diretor de Centro de Socioeducação	DAS-5
3	Assistente	1-C
4	Assistente	7-C
CARGOS TRANSFORMADOS		
1	Chefe de Coordenação	DAS-2
9	Assessor	DAS-5
2	Assessor Técnico	DAS-3
6	Assistente	1-C
CARGOS TRANSFERIDOS		
5	Chefe de Coordenação	DAS-2
1	Assessor Técnico	DAS-2
4	Assessor Técnico	DAS-3
1	Assessor Técnico	DAS-4
10	Chefe de Escritório Regional	DAS-5
10	Assistente	1-C
1	Assistente	8-C
CARGOS CRIADOS		
11	Assessor Técnico	DAS-2
16	Assessor Técnico	DAS-3
11	Assessor	DAS-4
12	Chefe de Escritório Regional	DAS-5
12	Assessor	DAS-5
23	Assistente	1-C
10	Chefe de Casa de Semiliberdade	2-C
22	Chefe de Segurança de Centro de Socioeducação	3-C
10	Assistente	11-C

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE
ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA - SETS

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Secretário de Estado	A-1
1	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-1
3	Assessor Técnico	DAS-2
3	Chefe de Departamento	DAS-2
10	Assessor Técnico	DAS-3
1	Chefe de Gabinete	DAS-5
10	Chefe de Escritório Regional	DAS-5
15	Assistente	1-C
3	Assistente	3-C
5	Assistente	4-C
1	Assistente	7-C
1	Assistente	8-C
1	Assistente	11-C
CARGOS TRANSFORMADOS		
21	Assistente	2-C
1	Assistente	3-C
CARGOS CRIADOS		
3	Assessor Técnico	DAS-2
10	Chefe de Escritório Regional	DAS-5
6	Assessor Técnico	DAS-5
3	Assistente	2-C

+

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

ANEXO III
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE
ESTADO DA JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS- SEJU

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Secretário de Estado	A-1
1	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-1
1	Assessor Técnico	DAS-4
1	Chefe de Gabinete de Secretário de Estado	DAS-5
1	Diretor Clínico do Complexo Médico Penal	DAS-5
1	Diretor Administrativo do Complexo Médico	DAS-5
1	Diretor da Escola de Educação em Direitos Humanos	DAS-5
16	Assessor Técnico	DAS-5
4	Assistente	1-C
29	Assistente	1-C
5	Assistente	2-C
2	Assistente	2-C
28	Chefe de Segurança de Estabelecimento Penal	2-C
2	Assistente	3-C
1	Assistente	3-C
2	Assistente	4-C
1	Assistente	5-C
2	Assistente	6-C
3	Assistente	6-C
2	Assistente	7-C
6	Assistente	9-C
CARGOS TRANSFORMADOS		
5	Diretor	DAS-2
11	Diretor de Estabelecimento Penal	DAS-3
10	Diretor de Estabelecimento Penal	DAS-4
6	Assessor Técnico	DAS-4
8	Diretor de Estabelecimento Penal	DAS-5
1	Chefe do Sistema de Inteligência	DAS-5
8	Chefe de Cadeia Pública	1-C
1	Assistente	1-C
1	Chefe de Segurança de Estabelecimento Penal	2-C
CARGOS CRIADOS		
1	Corregedor do Sistema Penal	DAS-2
1	Ouvidor Sistema Penal	DAS-2
1	Assessor de Estabelecimento Penal	DAS-2
7	Assessor Técnico	DAS-3
1	Chefe do Sistema Integrado	DAS-3
1	Assessor Técnico	DAS-5
5	Assistente	1-C
5	Assistente	2-C
6	Assistente	4-C

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

ANEXO IV
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO -
PGE

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Procurador Geral do Estado	A-1
1	Diretor Geral	DAS-1
1	Chefe de Gabinete de Procurador Geral	DAS-5
5	Procurador Chefe de Procuradoria	DAS-5
5	Procurador Chefe de Coordenadoria	DAS-5
1	Assistente	1-C
2	Assistente	1-C
2	Assistente	4-C
2	Assistente	6-C
1	Assistente	7-C
1	Assistente	8-C
1	Assistente	15-C
CARGOS TRANSFERIDOS		
1	Procurador Chefe de Núcleo Jurídico da Administração	DAS-5
15	Assistente	5-C
CARGOS CRIADOS		
2	Procurador Assessor	DAS-2
1	Procurador Chefe junto aos Tribunais Superiores - Brasília	DAS-2
2	Procurador Assessor junto aos Tribunais Superiores - Brasília	DAS-3
2	Assessor	DAS-3
5	Procurador Assessor	DAS-4
5	Procurador Chefe de Procuradoria	DAS-5
16	Procurador Chefe de Procuradoria Regional	DAS-5
19	Procurador Chefe de Núcleo Jurídico da Administração	DAS-5
1	Procurador Assessor	DAS-5
2	Assistente da Procuradoria junto aos Tribunais Superiores - Brasília	1-C
16	Assistente Técnico da Procuradoria Regional	1-C
17	Assistente Técnico	1-C
9	Assistente	1-C
21	Assistente	5-C

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

ANEXO V
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECS



Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Secretário de Estado	A-1
1	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-1
1	Chefe de Gabinete de Secretário de Estado	DAS-5
1	Assessor	DAS-5
1	Chefe da Coordenação de Imprensa	DAS-5
1	Chefe da Coordenação de Divulgação e Relações Públicas	DAS-5
1	Chefe da Coordenação de Propaganda, Publicidade e Veiculação	DAS-5
1	Chefe de Coordenação de Marketing e Planejamento	DAS-5
14	Chefe de Centro de Comunicação Social	1-C*
4	Assessor	1-C
2	Assistente	2-C
2	Oficial de Gabinete	6-C
CARGOS TRANSFERIDOS		
3	Assistente	1-C
5	Assistente	2-C
5	Assistente	3-C
4	Assistente	5-C
1	Assistente	6-C
2	Assistente	10-C

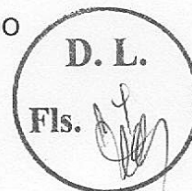
* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

ANEXO VI
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO
ABASTECIMENTO - SEAB



Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Secretário de Estado	A-1
1	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-1
1	Chefe de Gabinete de Secretário de Estado	DAS-5
1	Assistente Técnico de Diretor Geral	DAS-5
3	Chefe de Departamento	DAS-5
3	Assessor	DAS-5
21	Chefe de Núcleo Regional	DAS-5
4	Assessor Técnico	1-C
2	Assessor	2-C
1	Assistente	3-C
15	Assistente	6-C
1	Assistente	7-C
1	Assistente	8-C
2	Assistente	10-C
1	Assistente	11-C
5	Assistente	13-C
1	Assistente	14-C
16	Assistente	15-C
CARGOS TRANSFERIDOS		
1	Assessor	DAS-2

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei



Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Secretário de Estado	A-1
1	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-1
1	Chefe de Gabinete de Secretário de Estado	DAS-5
2	Coordenador	DAS-5
1	Assessor	DAS-5
1	Assistente	1-C
1	Assistente	2-C
CARGOS TRANSFERIDOS		
1	Assistente	6-C

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

ANEXO VIII
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ - RTVE



Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Diretor Presidente	DAS-1
4	Diretor	DAS-2
9	Coordenador de Projetos de Produção de Televisão e Rádio	DAS-3
8	Assessor	DAS-4
3	Gerente	1-C
CARGOS TRANSFERIDOS		
1	Assistente	5-C

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

ANEXO IX
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO -
SEDU



Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Secretário de Estado	A-1
1	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-1
1	Chefe de Gabinete do Secretário de Estado	DAS-5
4	Chefe de Coordenadoria	DAS-5
1	Assessor Especial	DAS-5
1	Assistente Técnico do Diretor Geral	DAS-5
1	Assessor	DAS-5
2	Assessor	1-C
6	Assessor	2-C
1	Assessor	3-C
4	Assessor	4-C
3	Oficial de Gabinete	6-C
3	Assistente	7-C
2	Assistente	8-C
1	Assistente	9-C
1	Assistente	10-C
1	Assistente	11-C
3	Assistente	13-C
CARGOS TRANSFERIDOS		
1	Assessor	DAS-2
1	Assessor	DAS-4
1	Assessor	DAS-5
5	Assistente	1-C
3	Assistente	5-C

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

ANEXO X
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA



Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Secretário de Estado	A-1
1	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-1
1	Assessor Especial	DAS-2
5	Coordenador	DAS-2
1	Assessor Técnico	DAS-3
1	Chefe de Gabinete de Secretário de Estado	DAS-5
7	Assessor	DAS-5
1	Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense	DAS-5
8	Chefe de Escritório Regional	DAS-5
9	Chefe de Divisão	1-C
1	Assessor Técnico	1-C
2	Chefe de Centro de Estudos e Pesquisas	2-C
1	Assistente Técnico	2-C
1	Assistente	3-C
1	Assistente	10-C
CARGOS TRANSFERIDOS		
1	Assistente	1-C

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

ANEXO XI
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA
OFICIAL DO ESTADO - DIOE



Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
CARGOS MANTIDOS		
1	Diretor do Departamento de Imprensa Oficial do Estado	DAS-1
1	Diretor Adjunto	DAS-3
1	Assessor Técnico	2-C
1	Gerente Administrativo-Financeiro	2-C
1	Gerente Comercial	2-C
1	Gerente de Produção	2-C
1	Assistente de Produção	4-C
2	Oficial de Gabinete	7-C
2	Assistente	13-C
CARGOS TRANSFERIDOS		
1	Diretor Administrativo Financeiro	DAS-3

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

ANEXO XII
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -
COMEC



Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
	CARGOS MANTIDOS	
1	Diretor Presidente	DAS-1
1	Diretor Técnico	DAS-3
1	Diretor Administrativo Financeiro	DAS-3
1	Diretor de Transporte Metropolitano	DAS-3
5	Assessor	DAS-2
5	Assessor	DAS-5
5	Coordenação	DAS-5

* Cargos Mantidos = Cargos já existentes na Secretaria

* Cargos Transformados = Cargos já existentes na Secretaria e com nomenclatura alterada

* Cargos Transferidos = Cargos cedidos por outras Secretarias

* Cargos Criados = Cargos Novos a serem criados pela presente Mensagem de Lei

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 21/2011

Curitiba, 30 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que altera a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU; extingue gratificações de encargos especiais no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, além de extinguir, transformar, transferir e criar cargos de provimento em comissão, no âmbito das Secretarias de Estado componentes do Poder Executivo do Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

Inicialmente, cumpre destacar a competência legislativa do Chefe do Poder Executivo Estadual para propor a presente mensagem de Lei, que tem por escopo a alteração da denominação e das atribuições da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU; de extinguir gratificações de encargos especiais no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, além de extinguir, transformar, transferir e criar cargos de provimento em comissão, no âmbito das Secretarias de Estado componentes do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Vejamos o que dispõe a Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



Superada a discussão acerca da competência legislativa, cumpre ressaltar que tal medida se dá com o intuito de adequar as secretarias de que trata esta mensagem de Lei com o Plano de Metas de Governo 2011 – 2014. Desta forma, ao promover essas alterações, será assegurada a implantação e a gestão da política estabelecida pelo novo Plano de Governo.

A Secretaria de Estado de Justiça e da Cidadania – SEJU, orientada pelas diretrizes estabelecidas no Plano de Metas de Governo, visando cumprir a finalidade institucional a que se destina, em plena consonância com a postura inovadora, articuladora e sinergizadora de esforços empreendida pelo Governo Estadual, construirá novas estruturas funcionais, introduzirá novas competências de gestão e métodos de trabalho. Sendo assim, faz-se necessário realizar mudanças estruturais e funcionais condizentes com este novo tempo na área dos Direitos Humanos.

Quanto à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, as mudanças fazem-se necessárias no sentido de buscar a dedicação de um aparato institucional voltado exclusivamente ao campo de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Desta forma, objetiva-se reduzir as desigualdades sociais e regionais, contribuindo na erradicação da pobreza e da marginalização.

Ainda, no que tange às alterações efetuadas no âmbito da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ, observa-se que a estrutura organizacional proposta vem em consonância com as diretrizes e normativas nacionais, contando, ainda, com a implantação de 22 estruturas regionalizadas, que terão à disposição uma equipe técnica habilitada e capacitada para viabilizar o aprimoramento da gestão e da qualificação dos serviços, conforme patamares pactuados nacionalmente.

Nada obstante, insta ressaltar que as mudanças aqui propostas, no que concerne à Procuradoria-Geral do Estado – PGE, demonstram-se de extrema urgência, haja vista a necessidade de dotar a Procuradoria-Geral do Estado de uma estrutura administrativa que dê suporte ao desempenho de suas atividades.

Frise-se que a estrutura de apoio da Procuradoria-Geral do Estado é reconhecidamente deficitária, haja vista o crescimento exponencial dos processos em que a Procuradoria atua.

Por fim, destaque-se que a presente mensagem traz em seu corpo dispositivos que determinam a transferência de cargos da Casa Civil para outras Secretarias, descentralizando cargos em favor de um melhor funcionamento do Poder Executivo, sem aumento de despesa. Trata-se de uma medida de economicidade e que busca a eficiência no serviço público, nos ditames impostos

GABINETE DO GOVERNADOR



pela Constituição do Estado, no que concerne aos princípios determinantes da Administração Pública.

Desta forma, diante de todo o exposto, temos que a propositura da presente mensagem de Lei, em respeito ao Parlamentar Estadual e ao Povo do Paraná, é o instituto destinado ao alcance dos objetivos almejados.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



06

REQUERIMENTO

APROVADO
À Diretoria Legislativa.
Em, 01 JUN. 2011

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a votação do Projeto de Lei 461/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 021/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 461/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 021/11 que objetiva alterar a denominação e atribuições das Secretarias de Estado da Criança e da Juventude; do Trabalho, Emprego e Promoção Social; da Justiça e da Cidadania; extingue gratificações de encargos especiais no âmbito da Procuradoria -Geral do Estado, além de extinguir, transformar, transferir e criar cargos de provimento em comissão, no âmbito das secretarias de estado componentes do poder executivo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 2011.

EVANDRO (2)

Deputado Ademar Traiano (1)
Líder do Governo

Arildo CHEIDA (3)

CESAR FILHO (4)

PARANHOS (5)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 461/11

Projeto de Lei nº. 461/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 021/11

Súmula: Altera a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU; extingue gratificações de encargos especiais no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, extingue, transforma, transfere e cria cargos no âmbito das Secretarias de Estado e adota outras providências.

EMENTA: ALTERA A DENOMINAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL; DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA. EXTINGUE GRATIFICAÇÕES DE ENCARGOS ESPECIAIS DA PROCURADORIA-GERAL. EXTINGUE, TRANSFORMA, TRANSFERE E CRIA CARGOS NAS SECRETARIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU; extinguir gratificações de encargos especiais no

âmbito da Procuradoria-Geral do Estado e, bem como, extinguir, transformar, transferir e criar cargos no âmbito das Secretarias de Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que

acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que a Divisão de Despesa, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, cumpre com estas exigências legais, informando todos os custos.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

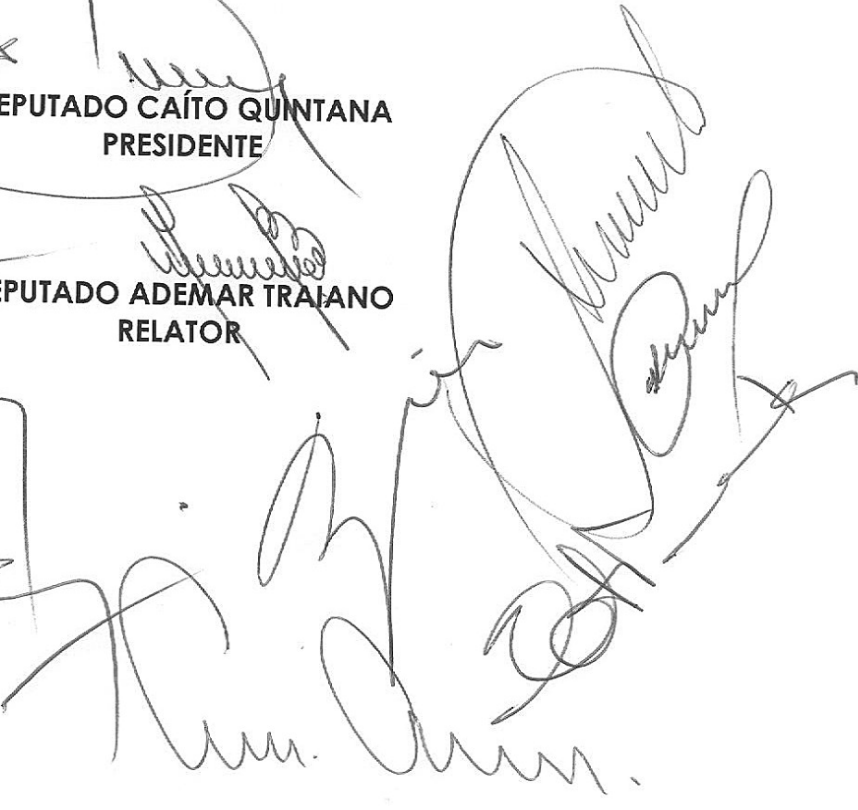
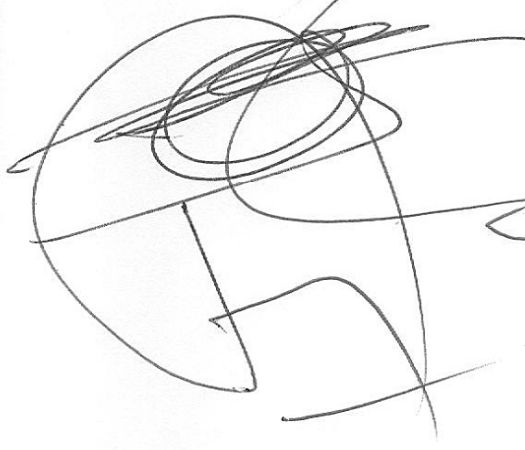
Sala das Comissões, 07 de junho de 2011.



DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
PRESIDENTE



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 461/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 021/11, que objetiva alterar a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJE; extingue gratificações de encargos especiais no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, extingue, transforma, transfere e cria cargos no âmbito das Secretarias de Estado e adota outras providências.

Preliminarmente devemos salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional, legal e de técnica legislativa exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a análise desta Comissão Permanente de Finanças, estabelecida no art. 33, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, podemos observar que a matéria encontra-se devidamente justificada. Vale ressaltar, que esta Comissão não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação, transferindo para o soberano Plenário, a decisão finalística.

Desta forma, opinamos pela sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/06/11

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI Nº 469/11

Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º Fica concedido reajuste no percentual de 11,55% (onze vírgula cinquenta e cinco por cento) na referência salarial inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos interníveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão dos Quadros de Servidores Ministério Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição Estadual e no art. 5º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

§ 1º A aplicação do percentual a que se refere o *caput* deste artigo é o resultado do somatório do índice IPCA acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2010 e abril de 2011 (6,51%), e entre os meses compreendidos entre maio de 2007 a abril de 2008 (5,04%).

§ 2º O disposto nesta lei se aplica aos inativos originários do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003 sem paridade assegurada.

§ 3º. Ficam reajustados, no mesmo percentual, os proventos de aposentadoria e os benefícios dos geradores de pensão do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no artigo 2º da mesma emenda, regulamentada pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 2º A concessão do reajuste nos percentuais fixados no artigo anterior e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2011 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. As tabelas dos Anexos I, II, III, IV e V da Lei nº 16.535, de 30 de junho de 2010, passam a vigorar com os valores dos Anexos I, II, III, IV e V da presente lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana Previdência, nos casos que lhe couberem.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2011.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES

TABELA I		
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		
NÍVEL	Lei Est 16535/10 Vigência 01/05/2010	SITUAÇÃO PROPOSTA
1	R\$ 1.259,93	R\$ 1.405,45
2	R\$ 1.288,83	R\$ 1.437,69
3	R\$ 1.319,04	R\$ 1.471,39
4	R\$ 1.349,94	R\$ 1.505,86
5	R\$ 1.381,56	R\$ 1.541,13
6	R\$ 1.413,92	R\$ 1.577,23
7	R\$ 1.447,05	R\$ 1.614,18
8	R\$ 1.480,96	R\$ 1.652,01
9	R\$ 1.515,65	R\$ 1.690,71
10	R\$ 1.551,17	R\$ 1.730,33
11	R\$ 1.587,48	R\$ 1.770,83
12	R\$ 1.624,68	R\$ 1.812,33
13	R\$ 1.662,76	R\$ 1.854,81
14	R\$ 1.701,71	R\$ 1.898,26
15	R\$ 1.741,57	R\$ 1.942,72
16	R\$ 1.782,37	R\$ 1.988,23
17	R\$ 1.824,15	R\$ 2.034,84
18	R\$ 1.866,87	R\$ 2.082,49
19	R\$ 1.910,59	R\$ 2.131,26
20	R\$ 1.955,37	R\$ 2.181,22
21	R\$ 2.001,17	R\$ 2.232,31
22	R\$ 2.048,04	R\$ 2.284,59

TABELA II		
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		
NÍVEL	Lei Est 16535/10 Vigência 01/05/2010	SITUAÇÃO PROPOSTA
1	R\$ 2.079,45	R\$ 2.319,63
2	R\$ 2.128,16	R\$ 2.373,96
3	R\$ 2.178,05	R\$ 2.429,61
4	R\$ 2.229,07	R\$ 2.486,53
5	R\$ 2.281,29	R\$ 2.544,78
6	R\$ 2.334,75	R\$ 2.604,41
7	R\$ 2.389,47	R\$ 2.665,45
8	R\$ 2.445,42	R\$ 2.727,87
9	R\$ 2.502,72	R\$ 2.791,78
10	R\$ 2.561,36	R\$ 2.857,20
11	R\$ 2.621,39	R\$ 2.924,16
12	R\$ 2.682,82	R\$ 2.992,69
13	R\$ 2.745,66	R\$ 3.062,78
14	R\$ 2.809,99	R\$ 3.134,54
15	R\$ 2.875,81	R\$ 3.207,97
16	R\$ 2.943,22	R\$ 3.283,16
17	R\$ 3.012,16	R\$ 3.360,06
18	R\$ 3.082,72	R\$ 3.438,77
19	R\$ 3.154,96	R\$ 3.519,36
20	R\$ 3.228,90	R\$ 3.601,84
21	R\$ 3.304,54	R\$ 3.686,21
22	R\$ 3.381,99	R\$ 3.772,61

TABELA III		
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
NÍVEL	Lei Est 16535/10 Vigência 01/05/2010	SITUAÇÃO PROPOSTA
1	R\$ 3.965,81	R\$ 4.423,86
2	R\$ 4.058,76	R\$ 4.527,55
3	R\$ 4.153,83	R\$ 4.633,60
4	R\$ 4.251,15	R\$ 4.742,16
5	R\$ 4.350,77	R\$ 4.853,28
6	R\$ 4.452,71	R\$ 4.967,00
7	R\$ 4.557,02	R\$ 5.083,36
8	R\$ 4.663,78	R\$ 5.202,45
9	R\$ 4.773,09	R\$ 5.324,38
10	R\$ 4.884,91	R\$ 5.449,12
11	R\$ 4.999,37	R\$ 5.576,80
12	R\$ 5.116,50	R\$ 5.707,46
13	R\$ 5.236,39	R\$ 5.841,19
14	R\$ 5.359,06	R\$ 5.978,03
15	R\$ 5.484,62	R\$ 6.118,09
16	R\$ 5.613,13	R\$ 6.261,45
17	R\$ 5.744,63	R\$ 6.408,13
18	R\$ 5.879,22	R\$ 6.558,27
19	R\$ 6.016,98	R\$ 6.711,94
20	R\$ 6.157,95	R\$ 6.869,19
21	R\$ 6.302,27	R\$ 7.030,18
22	R\$ 6.449,91	R\$ 7.194,87

Fls. 09
PROCOLO
D.L.
Fls. 03
21

2



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE OFICIAIS DE PROMOTORIA

OFICIAL DE PROMOTORIA			
NÍVEL	Lei Est 16535/10 Vigência 01/05/2010	SITUAÇÃO PROPOSTA	
1	R\$ 625,80	R\$	698,08
2	R\$ 644,59	R\$	719,04
3	R\$ 663,92	R\$	740,60
4	R\$ 683,83	R\$	762,81
5	R\$ 704,34	R\$	785,69
6	R\$ 725,47	R\$	809,26
7	R\$ 747,25	R\$	833,56
8	R\$ 770,14	R\$	859,09
9	R\$ 792,74	R\$	884,30
10	R\$ 816,54	R\$	910,85
11	R\$ 841,02	R\$	938,16
12	R\$ 866,26	R\$	966,31
13	R\$ 892,24	R\$	995,29
14	R\$ 919,01	R\$	1.025,16
15	R\$ 946,59	R\$	1.055,92
16	R\$ 974,98	R\$	1.087,59
17	R\$ 1.004,21	R\$	1.120,20
18	R\$ 1.034,36	R\$	1.153,83
19	R\$ 1.065,39	R\$	1.188,44
20	R\$ 1.097,34	R\$	1.224,08
21	R\$ 1.130,26	R\$	1.260,81
22	R\$ 1.164,17	R\$	1.298,63

fls. 05

PROTOCOLO

D.L.

Fls. 04

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

fls. 06

PROTÓCOLO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

D.L.

Fla. 05

Lei Estadual n.º 16535/2010
Vigência 01/05/2010

Situação Proposta

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
GF 1	30	R\$ 194,45
GF 2	30	R\$ 259,24
GF 3	30	R\$ 324,06

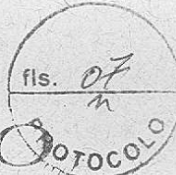
DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
GF 1	30	R\$ 216,91
GF 2	30	R\$ 289,18
GF 3	30	R\$ 361,49

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

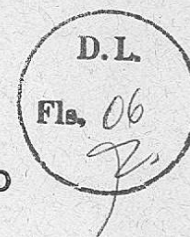


TABELA DE VENCIMENTOS E GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO

Lei Estadual n.º 16535/2010
Vigência 01/05/2010

Situação Proposta

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	GRATIF. DE REPRESENTAÇÃO
DAS-1	R\$ 556,13	R\$ 847,45
DAS-2	R\$ 490,84	R\$ 745,01
DAS-3	R\$ 457,46	R\$ 694,32
DAS-4	R\$ 391,15	R\$ 593,71
DAS-5	R\$ 357,78	R\$ 543,00
Assistente 1-C	R\$ 230,88	R\$ 135,68
Assistente 2-C	R\$ 213,22	R\$ 125,30
Assistente 3-C	R\$ 196,83	R\$ 115,68

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	GRATIF. DE REPRESENTAÇÃO
DAS-1	R\$ 620,36	R\$ 945,33
DAS-2	R\$ 547,53	R\$ 831,06
DAS-3	R\$ 510,30	R\$ 774,51
DAS-4	R\$ 436,33	R\$ 662,28
DAS-5	R\$ 399,10	R\$ 605,72
Assistente 1-C	R\$ 257,55	R\$ 151,35
Assistente 2-C	R\$ 237,85	R\$ 139,77
Assistente 3-C	R\$ 219,56	R\$ 129,04

9



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V

GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS

fls. 07

D.L.

Fls. 07

SÍMBOLO	CORRESPONDÊNCIA	Lei Est 16535/10 Vigência 01/05/2010	SITUAÇÃO PROPOSTA
DAS-1	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR NÍVEL 22	R\$ 6.449,91	R\$ 7.194,87
DAS-2	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 90% DO NÍVEL 22	R\$ 5.804,92	R\$ 6.475,39
DAS-3	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 80% DO NÍVEL 22	R\$ 5.159,93	R\$ 5.755,89
DAS-4	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 70% DO NÍVEL 22	R\$ 4.514,93	R\$ 5.036,41
DAS-5	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 60% DO NÍVEL 22	R\$ 3.869,93	R\$ 4.316,93
1-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO NÍVEL 22	R\$ 3.381,99	R\$ 3.772,61
2-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 90% DO NÍVEL 22	R\$ 3.043,79	R\$ 3.395,35
3-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 80% DO NÍVEL 22	R\$ 2.705,59	R\$ 3.018,09



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe o reajuste de 11,55% (onze vírgula cinquenta e cinco por cento) na referência inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos intervéis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão dos Quadros de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (art. 1º).

A presente proposta consubstancia reposição salarial e encontra amparo na revisão geral anual, assegurada pelo inciso X, do art. 27, da Constituição do Estado, a todos servidores estaduais, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio do mês em curso, data base da categoria instituída pelo art. 5º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009. Impende salientar que, por conta desta garantia constitucional, tramitaram nessa egrégia Assembleia Legislativa projetos de leis dispendo sobre a concessão de semelhante reposição aos servidores do Poder Executivo (Projeto de Lei nº 395/11), do Poder Legislativo (Projeto de Lei nº 414/11) e Poder Judiciário (Projeto de Lei nº 408/11).

A aplicação do percentual de 11,55%, extensível aos servidores inativos e pensionistas, (art. 1º, §§ 2º e 3º), representa o resultado do somatório do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2010 e abril de 2011 (6,51%) e maio de 2007 e abril de 2008 (5,04%). Cumpre esclarecer, em relação a este último índice (5,04%), que não foi o mesmo concedido na época oportuna porquanto o Ministério Público, em razão de dificuldade orçamentária e financeira, promovia defasada¹ reposição anual na remuneração dos seus servidores.

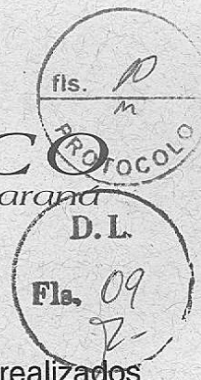
¹ Diversamente dos servidores do Poder Judiciário (Lei nº 15.639/2007), do Poder Executivo (Lei nº 15.512/2007) e do Tribunal de Contas (Lei nº 15.748/2007), no ano de 2007 os servidores do Ministério Público não obtiveram recomposição nos seus vencimentos relativa à perda inflacionária





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Registre-se ainda que, conforme estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 504.582,94 (quinhentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), corresponde a um acréscimo de 2,16% (dois vírgula dezesseis por cento), tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16.739, de 29.12.2010), conforme Informação nº 0727/11, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 0729/11) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição (computados os ativos e inativos) no presente exercício (mai/dez), será de 0,026% em relação à receita corrente líquida, passando com este acréscimo para 1,454%, donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 09 de maio próximo passado.

do período de 2006 a 2007, o que só veio a se concretizar no ano seguinte, por meio da Lei nº 15.914/2008).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Nº. 02
n
PROTOCOLO

Ofício nº 929/11-GAB

Curitiba, 26 de maio de 2011.

D.L.
Fls. 10
22

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 JUN. 2011

1º Secretário

I. À DAP p/ leitura no
Expediente.
II. À DL p/ manifestações
E, 30 maio 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência o incluso *Anteprojeto* que dispõe sobre a recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 11009
EM 27.05.2011
<i>Marcelo</i>
FUNCIONÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 469/11

Projeto de Lei nº. 469/11
Autor: Ministério Público

Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: CONCEDE REAJUSTE AO VENCIMENTO BÁSICO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 27, 65 E 114 DA CE. ART. 127 DA CF. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Ministério Público propõe reajuste de 11,55% (onze vírgula cinquenta e cinco por cento) na referência inicial das tabelas do vencimento básico, com o conseqüente reflexo nos interníveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão dos Quadros de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Procurador Geral de Justiça, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição Estadual, em seu artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que "(...) das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

disposto no art. 169, '**propor ao Poder Legislativo** a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, **a política remuneratória** e os planos de carreira'. Dá-se-lhe, assim, **o poder de iniciativa de leis nessas matérias**'¹.

Além disso, foi respeitado o artigo 27 da Constituição Estadual, o qual estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

financeira, tendo em vista que o mesmo foi apresentado em sua justificativa.

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor ao Poder Legislativo o reajuste do vencimento básico de seus servidores.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

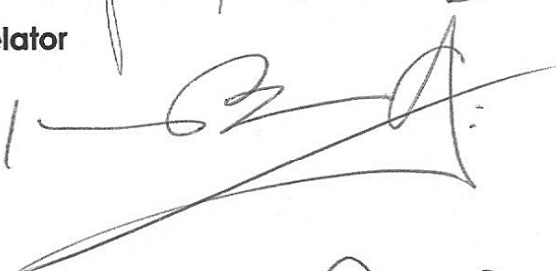
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.


DEPUTADO CAITO QUINTANA
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 469/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Ministério Público, que dispõe sobre a recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná, no percentual de 11,55% (onze vírgula cinquenta e cinco por cento).

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana Previdência, nos casos que lhe couberem.

Conforme constata-se na própria justificativa do autor, a concessão do reajuste, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, e ainda em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

De igual modo, estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos-DAFRE, nos mostram que o impacto financeiro mensal na folha de pagamento é no montante de R\$504.582,94 (quinhentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), tendo a despesa previsão na Lei Orçamentária Anual nº. 16.739, de 29 de dezembro de 2010.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Com base no acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANTE~~PROJETO DE LEI Nº 501/2011

EMENTA: Altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e cria a 2ª Vara Cível e a 2ª Vara Criminal na Comarca de União da Vitória, e adota outras providências.

Art. 1º Ficam criadas a 2ª Vara Cível e a 2ª Vara Criminal na Comarca de União da Vitória, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o artigo 263 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que passa a vigorar acrescido do inciso XXVII, com a seguinte redação:

“Art. 263. Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I -

(...)

XXVII – na Comarca de União da Vitória:

- a) a 2ª Vara Cível; e
- b) a 2ª Vara Criminal.”

Art. 3º Ficam criados 2 (dois) cargos de Juiz de Direito para a Comarca de União da Vitória, de entrância intermediária.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ</p> <p>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003</p> <p>COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV</p>	
.....	<p>UNIÃO DA VITÓRIA - Comarca de Entrância Intermediária</p> <p>FORO JUDICIAL</p> <p>1ª Vara Cível</p> <p>2ª Vara Cível</p> <p>1ª Vara Criminal</p> <p>2ª Vara Criminal</p> <p>Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial</p> <p>Juizado Especial Cível e Criminal</p> <p>Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público</p> <p>FORO EXTRAJUDICIAL</p> <p>.....</p>
(2)	
.....	<p>(1).....</p> <p>(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ.</p> <p>(3).....</p>

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
.....									
1ª INSTÂNCIA									
.....									
União da Vitória	Interm.			5	1		1	7	
.....									

[Handwritten signature]

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Direito Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
.....							
1ª INSTÂNCIA							
.....							
União da Vitória	Interm.			2			2
.....							

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade a criação de 2 (duas) novas varas na Comarca de União da Vitória, sendo 1 (uma) Vara Cível e 1 (uma) Vara Criminal conforme despacho favorável do eminente Corregedor-Geral da Justiça às fls. 221, no protocolado sob nº 181.456/2005 e despacho de fls. 222, do eminente Relator da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e no protocolado sob nº 391.066/2010, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seu art. 263 e seus Anexos IV, V e IX, Tabela 1.

Esta proposição visa a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, e tem por objetivo a redução do volume de serviços nas varas da mencionada Comarca.

A proposta insere o inciso XXVII no art. 263 da Lei Estadual nº 14.277/2003, passando a Comarca de União da Vitória a contar com duas Varas Cíveis, duas Varas Criminais, uma Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e um Juizado Especial Cível e Criminal, e atenderá uma população de aproximadamente 109.132 habitantes (Censo 2010/IBGE) e um total aproximado de 21.462 processos em andamento.

A criação da 2ª Vara Cível e da 2ª Vara Criminal na Comarca de União da Vitória, entrância intermediária, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 10 de junho de 2011.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que é parte integrante da mesma.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Os custos para a criação dos cargos de Juiz de Direito, no valor anual aproximado de R\$ 594.941,00 (Quinhentos e noventa e quatro mil novecentos e quarenta e um reais) serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento constante do Relatório de Execução Orçamentária SIA110, que prevê uma dotação orçamentária para 2011 de R\$ 683.476.300,00 na rubrica 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Os custos com o preenchimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, no valor anual aproximado de R\$ 1.060.144,00 (um milhão sessenta mil e cento e quarenta e quatro reais), e que irão compor a estrutura da Secretaria Cível e da Secretaria Criminal, serão suportados pelo orçamento do Fundo da Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2010, a Despesa Total com Pessoal foi de 3,19% (três vírgula dezenove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária para o exercício de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 – 2011 (Lei Estadual nº 15.757/07).



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Cível e a 2ª Vara Criminal na Comarca de União da Vitória, de entrância intermediária, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 13 de junho de 2011.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

D. L.
Fls. 09
J.

Curitiba, 13 de junho de 2011.
Of. nº 769/2011-GP

I - À DAP p/ leitura no
expediente.

II - À DL p/ publicação
Em, 13. Junho, 2011

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 JUN. 2011

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara Cível e da 2ª Vara Criminal da Comarca de União da Vitória, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 501/11

Projeto de Lei nº 501/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a 2ª Vara Cível e a 2ª Vara Criminal na Comarca de União da Vitória, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual de nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

EMENTA: CRIA A 2ª VARA CÍVEL E A 2ª CRIMINAL NA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 96 DA CF. ARTIGOS 65 E 101 DA CE. ARTIGO 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 15 E 16 LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por finalidade criar a 2ª Vara Cível e a 2ª Vara Criminal na Comarca de União da Vitória, de entrância intermediária, conforme consta do protocolo de nº. 4347/2011, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, e tem por objetivo a redução do volume de serviços nas varas da mencionada Comarca.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Não obstante, cumpre salientar que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 96, competência privativa dos Tribunais de Justiça para propor ao Poder Legislativo leis que tratem da criação de novas varas judiciárias, da criação de cargos e sua remuneração e da alteração da organização e da divisão judiciárias:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

(...)

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:
(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;
(grifos nossos)

No mesmo sentido, a Constituição Estadual do Paraná estabelece, em seu artigo 101:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) - a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que

dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

(...)

d) - a alteração da organização e da divisão judiciárias;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

e) - a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (grifos nossos)

Ainda, acerca da competência do presente projeto de lei, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assim dispõe:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, fica clara a competência do Tribunal de Justiça para iniciar o processo legislativo no caso em análise, uma vez que trata justamente da criação de Varas (uma Cível e uma Criminal) na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Comarca de União da Vitória, o que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado (Lei nº. 14.277/03) e cria dois cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária – um para cada Vara criada.

O preenchimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário em casa Secretaria (Cível e Criminal) serão suportados pelo orçamento do Fundo da Justiça.

Cabe ainda observar que, de acordo com a Lei Complementar 101/00, toda ação governamental que acarrete aumento de despesa deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tem adequação orçamentária e financeira com a lei anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

O projeto de lei em análise traz, em anexo, a declaração do Presidente do Tribunal de Justiça de que as suas despesas apresentam a adequação de que trata o inciso II do artigo 16 da norma supracitada. Além disso, em sua justificativa, o autor traz a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o inciso I do mesmo artigo. Desta forma, não há óbice algum a Lei Complementar 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA

PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 501/11

APRESENTAÇÃO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça, com o objetivo de criar a 2ª Vara Cível e da 2ª Vara Criminal da Comarca de União da Vitória, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

FUNDAMENTAÇÃO

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se amplamente justificada, tendo em vista, que as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

De igual modo, verifica-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do projeto em tela, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011, e tem compatibilidade com o Plano Plurianual-PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007 e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

atende aos preceitos contidos no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO
RELATOR



